

“Casa sem homem é um navio à deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal

Celeste Fortes
Uni-CV

Roteiro para argumentação

Mas talvez as fotografias sejam os únicos lugares garantes desse projeto de normatividade, preocupadas em produzir uma realidade estática, parada, colocada no modo *pause* — esquecendo-se que as realidades são múltiplas e antagônicas.

(Fortes e Rainho, 2013:3).

Desde 2008 tenho vindo a trabalhar com e sobre as famílias cabo-verdianas. Esse percurso etnográfico e antropológico¹ tem sido guiado, no geral, pelo interesse nas dinâmicas de construção das pertenças familiares, num contexto sociocultural marcado por múltiplos constrangimentos, que influem no projeto de ter uma família nuclear e patriarcal. E, em linha com as dificuldades que as famílias têm sentido para a realização desse sonho, tenho vindo a analisar os discursos e as ideias que recorrentemente se constroem sobre elas, resultando em categorizações e avaliações moralistas, guiadas pela definição normativa, monolítica e moralista que a sociedade cabo-verdiana produz sobre o que é ou como deve ser uma família.

O trabalho de pesquisa entre algumas famílias da ilha de São Vicente² tem-me levado a constatar que existe, por parte dos discursos políticos e das instituições que determinam as políticas públicas para as famílias, uma visão binária sobre estas (Fortes, 2013a, 2013b; Fortes & Rainho, 2013; Martins & Fortes, 2011). Essa visão binária traduz-se mais concretamente na adopção de uma leitura estanque e ao mesmo tempo sentenciadora das dinâmicas familiares em Cabo Verde. Isso significa que o desenho das políticas tem vindo a considerar a família nuclear e patriarcal como modelo ideal, a partir do qual se organizam e se procuram implementar essas políticas.

Assim todas as organizações familiares que, por vários constrangimentos, não se enquadram nesse modelo são tidas como famílias em crise e desestruturadas. Essas avaliações são animadas por sentimentos de nostalgia, dando a entender



que os *outros* modelos de organização familiar são consequências negativas das transformações, sobretudo económicas e sociais, por que passa o país. Por conseguinte, sobre esses modelos de organização familiar incide o projeto de torná-los *saudáveis*, por meio de múltiplos expedientes.³

Dando voz a algumas mulheres com que tenho vindo a trabalhar,⁴ o presente artigo problematiza e analisa as estratégias de construção do lar, que persegue o sonho da nuclearidade, patriarcalidade e monogamia. Argumenta que quotidianamente as mulheres e as suas famílias têm de driblar os constrangimentos que atropelam a concretização desse projeto pessoal, familiar e nacional.

Com efeito, entre a busca pela família ideal e a vivência num contexto marcado pela pobreza,⁵ migração,⁶ poligamia informal,⁷ descrédito na possibilidade de construção de um lar, conflitos e violências baseadas no género,⁸ e doenças infectocontagiosas, os cabo-verdianos vão vivendo as suas famílias em múltiplas configurações. Tais configurações familiares colocam-nos em casas onde se podem encontrar:

[...] famílias com mulheres solteiras e chefes de família, mulheres que se assumem enquanto mãe e pai dos filhos (matrifocais), famílias sem a presença do pai (pai abandonico), ou sem a presença da mãe, famílias onde convivem, dentro da mesma casa, mais de duas gerações (os avós, sobretudo a avó, com um papel central na vida dos netos), ou mesmo núcleos familiares geridos por jovens mas dependentes de familiares, ausentes (Martins & Fortes, 2011:18).

A proposta que orienta as reflexões deste artigo estabelece um diálogo com a linha argumentativa defendida por alguns autores de que a definição que convém ser adoptada não pode ficar refém da ideia de partilha de sangue como principal organizador das pertenças familiares. Conforme defende Carsten (2000), as pertenças constroem-se, também, no quotidiano, pelo que é necessário observar as negociações que as pessoas estabelecem situacionalmente para a fundação do seu núcleo relacional.

Se no quotidiano as famílias negociam com diversos constrangimentos, resultando em múltiplas configurações, não se pode, contudo, deixar de ter em linha de conta que o ideal de família normativa não desaparece. Apesar de as negociações traduzirem a existência de fluidez na construção das pertenças familiares, podemos também contemplar tais negociações como uma busca pela família ideal (Miller, 2007). Nessa medida, as dinâmicas familiares em Cabo Verde são marcadas por paradoxos, entre o ideal e o quotidiano, entre negociações que resultam da fluidez quotidiana e convenções que buscam o ideal. São esses paradoxos que tenho vindo a considerar para ler as configurações familiares em Cabo Verde. Não seria

exagerado afirmar que ter uma família e ser capaz de formar a própria família faz parte do projeto de vida de muitos cabo-verdianos. Essa importância atribuída a *ter família* resulta do facto de ela ser considerada o lugar de estabilidade e referência identitária, emocional e financeira para os cabo-verdianos (Fortes, 2013a, 2013b; Fortes & Rainho, 2013; Martins & Fortes, 2011).

Por conseguinte, interessa-me dar destaque às configurações familiares identificadas como famílias monoparentais, com ausência dos homens. Busco problematizar essa ideia de ausência masculina com base em narrativas biográficas de mulheres que, apesar de assumirem os papéis de mãe e pai dos seus filhos, de serem responsáveis pelo sustento do lar, manifestam o desejo de construir um lar com a presença de um homem, mesmo que ele não a sustente, mas que mande (Araújo, 2004; Fortes, 2013a, 2013b). São mulheres com várias experiências de conflitos conjugais com os parceiros que foram arranjando ao longo da sua vida amorosa, sobretudo pela frequência da poligamia informal.⁹ Apesar de manifestarem *trauma dos homens*, essas mulheres consideram que ter um homem dentro de casa é uma garantia de construção de um lar de respeito e principalmente respeitado pelos outros.

Assim, ao longo do artigo trabalharei os significados que as mulheres atribuem a essa ausência masculina em linha com os significados socioculturais que os cabo-verdianos atribuem a uma casa com homem e a uma casa sem homem.

Cabo Verde, a monoparentalidade no feminino e o sonho de uma família perfeita e bonita

Durante a pesquisa etnográfica com essas mulheres mães, foi possível constatar a convicção de muitas de que o falhanço do projeto de vida a dois deixou espaço para que desempenhassem, sozinhas, o papel de mãe e pai dos seus filhos.

A família de Francisca faz parte do universo estatístico das famílias monoparentais, pobres e sem figura masculina. Com efeito, estas vivem a ausência do homem, enquanto pai dos filhos, marido e provedor, cabendo às mulheres as responsabilidades pela educação e sustento dos filhos. Em linha com essa definição, acabam por ser categorizadas, conforme já salientado, como famílias desestruturadas, se considerarmos que a família nuclear patriarcal tem vindo a ser tomada como modelo de família ideal.

Essa ausência que abre caminho para o exercício de provedor da família no feminino obriga-nos a problematizar a ideia e a definição da sociedade cabo-verdiana como uma sociedade patriarcal e do homem como o provedor da casa. Se, de acordo com os Censos de 2010, num total de 117.289 agregados familiares, 47,6% são sustentados económica e afectivamente pelas mulheres e, destes,

26,1% são considerados famílias monoparentais, por extensão é necessária uma discussão menos romântica e mais realista sobre a divisão de papéis na gestão do agregado familiar.

A duplicidade de papéis deve servir para uma análise crítica da forma como as mulheres mães, em Cabo Verde, constroem-se como “pessoa” (Fortes, 2013b).¹⁰ Tal duplicidade permite ainda evidenciar a fluidez do sistema patriarcal (Kandiyoti, 1988), dando conta das resistências e estratégias quotidianas que as mulheres manejam para driblar as imagens negativas que recaem sobre as suas casas.

As relações familiares e os processos de construção de múltiplos modelos de pertenças familiares mostram que a centralidade do homem na casa é relativa e permite uma discussão menos naturalizada e singular de família (Giuffrè, 2007; Lobo, 2012; Martins & Fortes, 2011; Rodrigues, 2007). Trata-se de um empreendimento socioantropológico sobre as dinâmicas familiares que coloca na agenda de pesquisa olhares e leituras que pretendem provocar uma desnaturalização e desnuclearização dessas dinâmicas familiares. Nessa linha, estamos perante uma proposta de leitura que necessita se policiar também diante das tentações de leituras culturalistas sobre essas dinâmicas, esquecendo-se dos mecanismos de poder visíveis sobretudo nas relações entre homem e mulher.

A centralidade das mulheres na vida quotidiana das famílias é facilmente identificada. Cabe a elas a gestão económica¹¹ da casa e a gestão do dia a dia dos filhos, que engloba a supervisão da vida escolar, da alimentação e da higiene, entre outros. Essa gestão familiar significa que elas respondem socialmente perante situações de sucesso e fracasso na educação e *criação* dos filhos (Rodrigues, 2007). As mulheres mães lutam para ter um lar considerado *saudável e estruturado*, dentro de um contexto onde o único caminho socioculturalmente viável para o alcance desse objectivo é a formação de uma família nuclear e patriarcal.

As casas cabo-verdianas marcadas pela forte matricentralidade das relações familiares lutam, portanto, em duas frentes. Se, por um lado, no quotidiano têm de criar estratégias para driblar os vários constrangimentos, por outro lado, essa luta afasta-lhes da possibilidade de concretização desse projeto de família nuclear, adiando assim a vitória na outra frente, isto é, o sonho de uma família perfeita e bonita (Fortes, 2013b; Fortes & Rainho 2013; Martins & Fortes, 2011). Isto é, por terem de dar atenção à resolução de problemas quotidianos, por serem marcadas pela preocupação com a sobrevivência quotidiana, as famílias vêem-se afastadas da possibilidade de alcançar o modelo desejado de família nuclear com a presença do homem pai e companheiro dentro de casa. Assim, centradas na mulher, essas famílias convivem com a ausência da figura masculina dentro de casa, apresentando posicionamentos antagónicos quanto a essa ausência.

Visitei casas, a convite de algumas mulheres, sobretudo para festas de aniversário, de batizado ou de amigos que se reuniam no final de semana para conviverem. A etnografia nessas casas foi central para a observação e o registo do quotidiano familiar dessas mulheres, particularmente no que toca à gestão da presença e ausência do homem dentro de casa. Conforme veremos mais à frente, esse homem não é, necessariamente, o pai do filho, inclusive porque algumas relações conjugais são marcadas por forte instabilidade e incertezas (Fortes 2013b, 2013c; Lobo, 2012).

Francisca foi uma das mulheres que me convidou para a sua casa. Estive com ela e com a sua família em duas ocasiões especiais: pela festa de aniversário do primeiro filho, que completava 10 anos, e pelo seu aniversário de 33 anos. Para Francisca,

não há motivos para ter vergonha desta condição. Eu não sinto vergonha de dizer que sou mãe solteira... Pergunto, será melhor ter um homem dentro de casa só para dizer que temos um homem, que não nos dá nada, que não olha para os filhos, só para podermos agradar aos outros? Sinto orgulho em dizer que sou mãe e pai dos meus filhos, eles são meus.¹²

Se elas são gestoras e responsáveis por uma família formalmente definida como monoparental, a etnografia permitiu-me constatar que nem sempre existe uma correspondência prática e garantida entre a vivência da monoparentalidade no feminino e a ausência masculina do lar e da vida da família.

No aniversário do filho, o pai esteve presente. Contudo, Francisca mostrou-se incomodada com essa presença, visto que o pai não participou das despesas da festa e, desde que se separaram, quando o filho tinha apenas 4 anos, não tem participado da vida do menino, tanto afectiva como economicamente. Francisca afirma que tolera essa presença, ainda que esporádica, porque o filho tem grande paixão pelo pai, e não precisa saber que o pai é *um abusado*, que abandonou a casa para cair na *má vida*.

Na mesma festa estava o namorado da Francisca. Eles têm uma relação de quase dois anos, mas ela ainda não aceitou a proposta do namorado para viverem juntos.

Ele pode ir lá dormir, aliás, nos últimos tempos, passa mais tempo na minha casa do que na casa dele, mas digo a toda a gente que sou solteira e que na minha casa só vive eu e os meus filhos. Sou mãe solteira, mãe e pai dos meus filhos, e podem até tentar convencer-me de que tenho um homem dentro de casa, mas não tenho. É uma imagem muito forte e é uma experiência que não quero repetir. Não me importo que digam “coitada, é solteira”... Estar sem homem dentro de casa é bom (Francisca).

Com efeito, o exemplo de Francisca é aqui evocado para dar conta do facto de que, apesar de se definirem como solteiras e de fazerem parte das estatísticas como chefes de um agregado familiar monoparental, as mulheres mães dessas famílias não vivem propriamente numa condição de solteiras. Por outro lado, importa considerar que, quando terminam uma relação, ainda que manifestem o descrédito numa relação conjugal estável, acabam por envolver-se emocionalmente com outro homem.

Ter um filho com o novo companheiro é vivido como a possibilidade de estabilidade na relação. E, numa disputa pelo homem entre algumas mulheres com quem este mantém relações, aquela que engravidar terá mais legitimidade na relação. Poderá reivindicar do companheiro maior atenção para com o(s) filho(s) e mais presença na casa e na família, por exemplo. Mais ainda, o envolvimento afectivo com outro homem significa, para as mulheres, a possibilidade de continuar a procurar mecanismos para alcançar o modelo de família nuclear. Essa tem sido uma das estratégias recorrentes para a efetivação do ideal de família.

Contudo, esses relacionamentos resultam constantemente em conflitos, porque o homem recusa-se a contribuir economicamente para a casa quando não tem filhos com a mulher, embora esta os tenha de anteriores relacionamentos. Isto é, o homem muitas vezes não aceita de forma pacífica a possibilidade de sustentar filhos de outros.

Ele é daqueles homens que só dão aos filhos quando está bem com a mulher, eles no fundo estão a pagar-te para estares com eles, não dão para os filhos. Mas eu sempre fiz os meus planos, porque sabia que no dia em que eu o deixasse ele nunca mais ia ajudar os meus filhos. Graças a Deus, já estão crescidos, dei no duro, mas não bati à porta de ninguém, não devo a ninguém — nem a vizinhos e nem à família. Faço das tripas coração para cuidar dos meus filhos, às vezes dizia “Deus, não vou conseguir criar os meus filhos”, mas consegui (Paula).¹³

Um dia disse ao pai do meu filho que ia ao tribunal queixar-me dele, sabes o que ele me disse? “Vai, quero ver que tribunal me vai obrigar a dar-te dinheiro para sustentares os teus outros filhos e ainda por cima para dares a outro homem.” Acreditas nisso? Ele recusa a dar-me dinheiro porque acha que como tenho outro filho e como estou a tentar refazer a minha vida com outro homem não tem de ajudar-me, como se o dinheiro dele fosse para o meu outro filho e para outro homem (Catarina).¹⁴

A condição de monoparentalidade é vivida como provisória, pois as mulheres criam mecanismos para inverter essa condição. Podemos então estar perante um

quadro de relações em que a separação de um homem, que a deixa na condição de solteira, leva à procura de outra relação, que só pode ser assegurada se desta nascer um filho.

Por conseguinte, se no quotidiano as suas casas são consideradas, conforme já referenciado, casas sem homens, quais são os significados e impactos identitários que essas referências e categorizações têm sobre as mulheres mães e sobre as suas casas? Por que as mulheres não querem uma casa monoparental apesar de terem medo de investir numa relação conjugal?

“Casa sem homem é um navio à deriva, porque o homem é o capitão”¹⁵

Conforme vimos, as mulheres manifestam o descrédito em relação à possibilidade de construírem um lar nuclear e, ao mesmo tempo, procuram, por vários meios, ter um homem dentro de casa. Por quê? O que significa ter um homem dentro de casa?

Maria, com quem tenho vindo a trabalhar desde 2009, hoje com 46 anos, é mãe de sete filhos e oito netos, dos quais quatro vivem com ela. Os filhos resultam de duas relações amorosas fracassadas. Da primeira relação, nasceram três filhos, e da segunda, quatro. O primeiro filho nasceu quando ela tinha 18 anos, e o último filho, quando tinha 37 anos. Maria afirma que, com o primeiro *pai d’fidj*,¹⁶ não teve propriamente uma relação de convívio, de cama, mesa e sala, referindo-se ao facto de não terem conseguido viver uma relação estável, que implicasse a partilha do quotidiano familiar e de momentos conjugais constantes. Para Maria, o pai do primeiro filho sempre foi ausente, nunca ajudou em casa, ao contrário do pai dos quatro filhos (os últimos), que *ajuda no que pode*, embora ela tenha vivido vários conflitos com ele.

Os conflitos experienciados durante as relações com os pais dos filhos levam essas mulheres a manifestarem sentimentos de desgosto, acompanhado pelo medo de envolvimento emocional com outro homem. Entre risos, Maria defende que os únicos homens com quem consegue manter uma relação de troca de amor são os seus filhos. Com eles, sente-se protegida, reconhecida no seu papel de mãe, e por isso nunca será traída. Assim, o fracasso das relações conjugais faz sobressair outros esquemas de relações de género, com destaque para a relação mãe-filhos (Fortes, 2013a, 2013b; Lobo, 2012; Rodrigues, 2007).¹⁷

Mantenho contacto com a Maria, acompanhando as suas *aventuras amorosas*,¹⁸ entre brigas, desconfianças, agressões físicas, reconciliações e novos conflitos. Durante uma das nossas conversas na Morabi, e depois de ter chegado de uma visita à sua mãe, que estava doente, em São Nicolau, Maria conta-me que foi solteira, mas voltou de lá apaixonada. Queria contar-me a estória dessa nova



aventura porque tinha rompido, definitivamente, com o anterior namorado. Em São Nicolau, um emigrante cabo-verdiano a viver em Portugal veio de férias e diz ter ficado apaixonado por Maria. Antecipando qualquer possibilidade de crítica, Maria defende-se dizendo que ainda não se tinham envolvido emocionalmente. Estavam a conhecer-se, e ela ainda não estava segura do futuro da relação, por isso não iria, por enquanto, contar aos filhos. Maria teria prometido aos filhos que não voltaria a se envolver numa relação.

Não aguento, sei que prometi aos meus filhos, mas tenho as minhas necessidades (risos). Considero-me jovem, e ainda posso aguentar um homem (risos), há coisa melhor que dormir abraçadinho, saber que temos alguém perto de nós, que nos dá amor, que satisfaz as nossas necessidades de mulher? Sei que prometi aos meus filhos, mas promessa difícil de cumprir. Eu preciso de homem, sinto falta de um homem dentro de casa (Maria).¹⁹

Maria viveu vários episódios de conflitos e traições com os homens que passaram pela sua vida, contudo, assim como muitas outras mulheres, continua a perseguir o projeto de construção de um lar nuclear. Além de evocar essas razões, mais de ordem sentimental e subjetiva, Maria está preocupada e incomodada com a imagem que os outros, vizinhos sobretudo, podem construir da sua casa.

Sabes como é aqui em Cabo Verde, casa sem homem é um navio à deriva, tem de haver um homem para impor respeito, um capitão para comandar o navio, para que a nossa casa seja vista como uma casa de respeito e não como um lugar de má vida, onde todos entram e a qualquer hora. Eu sei que se tiver um homem dentro de casa as pessoas vão respeitar-me, vão dizer “a Maria não está largada no mundo”, isso é importante para mim. E os meus filhos também precisam ter a presença de um homem dentro de casa, porque sabes como é, a voz do homem é sempre voz de ordem (Maria).

Um dos motivos mais centrais para a separação do homem e da mulher e para a saída do homem do lar tem que ver com casos de traição e com a prática da poligamia informal (Carreira, 1977). As relações conjugais são frequentemente marcadas por relações extraconjugais, com visibilidade, sobretudo, para as traições por parte dos homens. Por conseguinte, essas traições são frequentemente perdoadas com o regresso do homem ao lar, muitas vezes toleradas, chegando o homem a não sair de casa durante esse período de conflito.

Vivemos por muitos anos assim, ele traía-me, eu perdoava, voltava para casa, havia alturas em que eu saía de casa, com os meus filhos, e íamos para a casa da minha mãe, mas depois voltava para a casa. A minha mãe dizia que lugar da mulher e dos filhos é na sua casa, junto com seu marido, que a filha quando sai de casa dos pais não deve voltar... saiu, para sempre (Paula).

Fica evidente que a necessidade da presença do homem em casa, a existência de filhos e a pressão familiar, que vem especialmente de familiares próximos, como a mãe, podem ser apontadas como razões para que o casal entre num ciclo de conflitos e reconciliações.

Eu perdoava, porque ficava com vergonha da situação, de estar sozinha com os meus filhos, sei lá, porque é aquela coisa de termos sido educadas para termos uma casa, vivermos com um homem dentro de casa. Depois fico sempre a pensar nos meus filhos, sem o pai por perto... eu sei que as pessoas comentam, que eu sou fraca porque perdoei-lhe por várias vezes, mas as pessoas não sabem como é difícil suportar esta pressão (Paula).

A insistência na construção de um lar nuclear, com a presença do homem dentro de casa, faz-se entre incertezas (Fortes, 2013b; Lobo, 2012) e desejos de um lar patriarcal que, aos olhos dos *Outros*, possa ser considerado um lar saudável, um lar com respeito e de respeito. Esse lar significa:

Um lar onde não há conflitos e, sobretudo, um lar onde as pessoas de fora não possam falar mal, porque o homem defende a honra da casa perante os Outros. Um lar transmite confiança e respeito para fora e, principalmente, onde as mulheres não são mal faladas (Maria).

É um lar controlado, que não está à deriva, como vemos algumas casas por aqui, entrada de homens, muitas vezes estranhos, que dá logo para desconfiar dos motivos que os levam lá; um lar de respeito tem um homem em casa, não é a casa da Joana, como costumamos dizer (Francisca).

Essa vivência entre o desejo de ter um lar de respeito e o desempenho quotidiano do papel de pai e de mãe, conjugada ainda com a transitoriedade (Fonseca, 2000) de *status*, entre solteira e *mulher de alguém*, permite uma problematização mais contextual dos conceitos de chefe de família e mãe solteira. Por outro lado, evidencia a fragilidade das conexões entre os papéis sociofamiliares de chefe de família e provedora de sustento da casa.

“Ele não está em casa porque sustenta, mas porque a sua presença traz respeito”

Em 2010, recebi na minha casa uma jovem que participava no IV^o Recenseamento Geral da População e de Habitação. Quando ia a meio do preenchimento do inquérito, a jovem perguntou-me: “Quem é o chefe de família?” Fazendo-me de desentendida, pedi à inquiridora esclarecimentos sobre essa questão. Visivelmente apanhada de surpresa pelo meu pedido, e meio atrapalhada,

explicou-me que a pergunta tinha a ver com a necessidade de identificar a pessoa da casa que trabalha e que traz dinheiro para dentro de casa, ou seja, o membro do agregado que é responsável por garantir o bem-estar económico da casa.

Perguntei-lhe, seguindo a sua resposta: como é que determinam o grau de responsabilidade numa casa em que várias pessoas trabalham? Como fazem a interligação entre o sustento económico da casa e o papel de chefe de família? E se, quando usam o masculino genérico, não estarão a encaminhar a resposta para o homem? Taxativamente respondeu-me: “quem é que não sabe que em Cabo Verde os homens são os chefes de família? Eles colocam essa questão para sabermos que famílias não têm um homem dentro de casa e passam por problemas financeiros”. Pedi-lhe então que me colocasse como chefe de família. Mostrando certo espanto, perguntou-me se tinha a certeza; é que eu parecia estar a brincar, e assim estaria a contribuir para que o recenseamento tivesse erros.

Embora seja visível que o papel de chefe de família tem sido comumente atribuído ao homem, o quadro empírico aqui apresentado permite-nos questionar essa conjugação. Contudo, nos casos em que esse papel é assumido pelas mulheres, também é necessário questionar a sua amplitude, já que se verificam situações em que nem sempre aquela que sustenta a casa manda ou deseja ter esse papel (Araújo, 2004).

Para Araújo (2004), não se pode fazer uma interligação determinista entre o papel que as mulheres exercem como chefes de família e o papel de sustento económico e afectivo da casa. Enquanto o papel de chefe de família conjuga o papel de sustento económico com o poder de controlo da vida familiar, zelando pela sua honra e respeito, o papel de sustento da casa apenas garante as condições económicas para que o agregado familiar possa se sustentar.

Com efeito, Araújo chama atenção para o facto de que

existem mulheres chefes de família, casadas, solteiras, viúvas, outras coabitam com seus companheiros, outras recebem seus parceiros de quem recebem ajudas eventuais ou são por eles exploradas, mas elas trazem para a casa a renda que garante a sobrevivência do grupo familiar, ali onde existe a falha masculina como provedor económico, ao contrário dos padrões culturais estabelecidos (2004:319).

Assim, a proposta de Araújo permite contestar a ligação entre ser chefe e ser homem e a acoplagem entre monoparentalidade, no feminino, e mulher chefe de família resultante de uma visão essencialista, que só contempla a possibilidade do exercício desse papel quando ela se encontra sozinha com os filhos.

Uma multiplicidade de situações leva-me a acolher a proposta de que existem diferenças concretas entre a mulher chefe de família (MCF) e a mulher que sustenta a casa ou *mulher mantenedora*, como é chamada por Araújo (2004). No contexto cabo-verdiano, é possível detectar essa multiplicidade de situações em que as mulheres trabalham e sustentam a casa, mas isso não quer dizer que vivam num lar monoparental; há casas em que de facto as mulheres são responsáveis pela manutenção da casa, vivendo sozinhas com os filhos, mas também casas em que a mulher garante o sustento da casa partilhada com os seus filhos e outros familiares (pais, irmãos etc.).

Devemos considerar que nem sempre os homens, de quem é esperado que ocupem o lugar de chefes de família, possuem um perfil profissional que se traduz numa participação económica na casa. Durante a pesquisa de terreno, ficou evidente que os companheiros e ex-companheiros de algumas mulheres possuem empregos que não garantem estabilidade salarial para uma participação efetiva no sustento da casa. É o caso de João, ex-companheiro de Verónica, que se recusa a procurar emprego depois de ter fechado a sua oficina de mecânica porque, segundo este, o negócio não dava lucros, só chatices. Contudo, para a Verónica, a falta de lucro deve-se ao pouco juízo do ex-companheiro, que não soube gerir o dinheiro que ganhava, ou seja, não investia o dinheiro em coisas que valessem a pena.

Se ele tivesse escutado os meus conselhos, hoje estaríamos juntos e com uma vida estável, mas preferiu gastar o dinheiro fora de casa, com outras mulheres, ao invés de gastar em casa com a mulher e os filhos. Ele sequer teve juízo para aproveitarmos um terreno que tínhamos comprado para fazermos a nossa casa, agora olha, vivemos de renda, quer dizer eu vivo de renda, ele vive em casa da mãe dele, mas já tenho dinheiro para comprar um outro terreno e começar a construir a minha casa (Verónica).²⁰

É também o caso de António, com 48 anos, companheiro de Paula. Nunca teve trabalho fixo, vivendo sempre de *biscates*, e gastava todo o dinheiro no consumo de álcool, em festas, com amigos e com mulheres.

É um abusado de primeira. Para te ser sincera, preferia que ele nem fosse fazer esses biscates, porque em casa raramente víamos a cor do dinheiro. Não te sei dizer quanto é que ele ganhava; aliás, os meus filhos até diziam “pronto, foi trabalhar, mais logo vai chegar bêbado”... Era uma vida de angústia, porque quando estava sem trabalho eu tinha de lhe dar dinheiro, quando encontrava algum biscate entrava na má vida (Paula).

É nesse quadro relacional múltiplo que devemos procurar as razões para o facto de algumas mulheres que desempenham o papel de chefes de família — por sustentarem a casa e por terem o poder de gerir a vida do agregado doméstico — manifestarem o desejo de renunciarem a esse papel, insistindo em estabelecer relacionamentos conjugais ao trazer um homem para dentro de casa. Esses desejos, conforme anteriormente salientado, resultam de uma combinatória de dois factos centrais. Por um lado, as mulheres sucumbem às pressões sociais para ter um homem dentro de casa a fim de seguir o modelo familiar ideal e para que o seu lar seja de respeito. Abdicar²¹ desse papel pode, inclusive, significar que estas tenham de assumir apenas o papel de sustento da casa. Assim, algumas mulheres querem um homem dentro de casa, não porque sustenta, mas porque traz respeito para dentro de casa.

Ele não está em casa porque sustenta, mas porque a sua presença traz respeito. Desculpa, mas é mesmo assim, eu já lhe disse que não preciso do dinheiro dele, eu não sou mulher de me depender do dinheiro de nenhum homem. Mas, pronto, eu noto que a presença dele é importante para impor respeito. Aliás, como costumamos dizer, casa tem de ter homem, porque se não fica sem um capitão no comando (Eugénia).²²

Por outro lado, deve-se colocar a hipótese de que haja também um desejo interno de atualizar esse modelo, embora este seja informado pela sociedade. Nessa medida, não se pode afirmar que o desejo de renúncia ao papel de chefe de família seja o resultado exclusivo de imposições exógenas.

O contexto sociocultural cabo-verdiano, em linha com a exaltação de um ideal normativo em que o homem desempenha o papel de *breadwinner*²³ da família, invisibiliza a participação das mulheres no sustento da casa tanto de forma individual como colaborando com o salário trazido pelo homem. Por conseguinte, a discussão sobre o papel de chefe de família e de sustento de casa ganha maior intensidade se a colocarmos em diálogo com as questões do salário e rendimento familiar formal e informal.

As famílias monoparentais são, recorrentemente, definidas como famílias pobres, porque estão marcadas pela ausência do rendimento masculino. No contexto cabo-verdiano, sobretudo quando o homem trabalha no sector formal — significando que aufer um salário fixo, quinzenal ou mensal —, o seu salário é tido em maior consideração para a análise do rendimento familiar do que o salário que a mulher aufer quando esta trabalha no sector informal, por exemplo.

Saio todos os dias para a venda, trago sempre dinheiro para casa, mas mesmo assim não posso abrir uma conta no banco, não posso pensar em viajar para o estrangeiro e, quando digo que eu é que pago as propinas das minhas duas filhas que estão na universidade, as pessoas acham estranho, perguntam-me como é que consigo fazer isso se não tenho um salário. Como se o pai das minhas filhas ganhasse mais do que eu, ou se o dinheiro que ele ganha fosse mais importante que o meu dinheiro. Quando vivíamos juntos, ele passava a vida a dizer isso, que ele é que punha o fim do mês [o salário] em cima da mesa (Verónica).

Desfechos para continuidades: registando ausências e presenças dos homens

Vários investigadores têm vindo a chamar atenção para o facto de que as dinâmicas familiares devem ser analisadas dentro de um quadro de paradoxos e conflitos (Fonseca, 2000; Fortes 2013a, 2013b; Martins & Fortes, 2011; Nascimento, 1999; Sarti, 1996).

Tendo em conta esse cenário, os dados etnográficos partilhados ao longo deste artigo mostram que também a matrifocalidade dos espaços domésticos faz-se dentro de uma arena de conflitos e paradoxos, o que nos impele a uma leitura menos cristalina dessa condição.

Ao longo do artigo, evidenciei dois paradoxos estruturantes. Por um lado, dentro das dinâmicas familiares, é visível que o sustento da casa não deriva do e no exercício do papel de chefe de família; por outro lado, nas casas que se definem como agregados monoparentais, nem sempre os homens estão ausentes (Fonseca, 2000; Fortes, 2013b; Nascimento, 1999; Sarti, 1995; Scott, 1990). São paradoxos que desestabilizam a definição normativa e monolítica de família cabo-verdiana (Fortes, 2013b; Fortes & Martins, 2011) e rompem com a imagem estática das famílias, demonstrando a flexibilidade e transitoriedade familiar, muito presente nas organizações domésticas (Fonseca, 2000). Tais contradições também evidenciam as inconstâncias da matrifocalidade, na medida em que ela é uma condição negociável e espera-se que seja passageira, se considerarmos que o quadro que determina essa condição é o mesmo que enaltece a procura de um ideal de família nuclear e patriarcal. Se as estratégias empreendidas pelas mulheres para lutar contra os constrangimentos quotidianos e ter a sua família saudável mostram a matrifocalidade das relações e, ao mesmo tempo, a fluidez do patriarcado, também a matrifocalidade é instável e fluida. Ela é uma condição ocupada com sentimentos antagónicos de dever e de resignação.

Vivendo nesse contexto sociocultural, as mulheres desejam que o *capitão* regresse ao navio para que este consiga conquistar um espaço de respeito. Para elas, e para o contexto sociocultural de pertença, a presença do *capitão* torna o navio num lugar de relações perfeitas e saudáveis. Contudo, importa lembrar que, se para as mulheres *casa sem homem é um navio à deriva*, também as mulheres assumem o papel de organizadoras da casa e da vida dos seus homens. As mulheres categorizam os homens como *abusados*, pelo que consideram que eles não possuem competências para gerir a vida quotidiana da casa, para economizar e fazer boa gestão do salário e da economia doméstica e familiar.

Por fim, se consideram que uma casa sem homem é um navio à deriva, entre os cabo-verdianos também existe a ideia de que só existem famílias perfeitas em álbuns e fotografias (Fortes, 2013b; Fortes & Rainho, 2013; Martins & Fortes, 2011). A referência aos álbuns de fotografia remete-nos à ideia de exposição privada e pública, da existência de harmonia e solidariedade dentro do lar, registando, por conseguinte, a imagem de perfeição. Numa casa nuclear e patriarcal, a visibilidade dessa perfeição é facilmente detectável no espaço da casa, tendo a sala de estar e de receber visitas lugar primordial de exposição e de exibição, com móveis apinhados de fotografias. São fotografias de momentos familiares, com parentes presentes e ausentes, a fazerem poses harmoniosas, de risos e de festa, num jogo de arrumação para o clique. Poses que mostram o homem ao lado da sua mulher e os seus filhos, guardados em molduras normativas e binárias²⁴ (Fortes & Rainho, 2013; Martins & Fortes, 2011), comprometidas com as regras sociais estabelecidas e marcadas por um quadro de poder nas relações.

Nas casas cabo-verdianas monoparentais, os álbuns de fotografias marcam também essas presenças e ausências. Durante a pesquisa de terreno, em visitas a algumas casas, pude observar que as poses para as fotografias colocadas na sala de visita marcam a ausência do homem, num processo de construção identitária do lar que revela essa condição de monoparentalidade transitória. As mulheres e os seus agregados familiares esperam que novas fotografias façam parte dessas casas, simbolizando a conquista de um novo *status* e realizando o projeto pessoal, familiar e nacional da *família saudável*.

Recebido em 05/10/2014.

Aceito em 26/03/2015.

Celeste Fortes é cabo-verdiana, doutora em antropologia, com especialização em migrações, interetnicidade e transnacionalismo pela Universidade Nova de Lisboa. É investigadora do CIGEF (Cabo Verde) e do CRIA (FCSH/UNL, Portugal), e docente na Universidade de Cabo Verde. Publicou, entre outros, “O corpo negro como tela de inscrição dinâmica nas relações pós-coloniais em Portugal: a Afro como (pre)texto”, em *Cadernos Pagu*; “‘M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem’: género e educação em Cabo Verde”, em *Ciências Sociais Unisinos*; “As cabo-verdianas estudantes quando vêm para Portugal tornam-se todas Europeias”, em *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*; e “Para além da crise: jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde”, em *(Con)textos: revista d’antropologia i investigació social*. Contato: celeste.fortes@docente.unicv.edu.cv

Notas

1. Embora não se possa negar que a relação etnográfica seja vivida como uma relação social de poder, em que o etnógrafo tenta sobrepor-se ao seu *nativo* (Bourdieu, 2007), o desafio pós-moderno é o da produção de um texto antropológico polifónico, que possa traduzir a presença dos interlocutores como participantes activos desse momento etnográfico e antropológico — aquilo que Viveiros de Castro (2002) chama de continuidade epistémica e que, segundo Wagner (2010), pode gerar uma antropologia reversa. Na presente pesquisa, essa relação faz-se também numa arena de partilha de alguns traços identitários que permitem uma reflexão aprofundada sobre o que significa fazer etnografia num campo onde a familiaridade (DaMatta, 1978; Velho, 1978) pode ser entendida como uma vantagem ou como um problema a ser ultrapassado. Por conseguinte, entre mim e as mulheres com quem me relacionei durante a pesquisa, existe uma proximidade identitária como *mulheres cabo-verdianas* que foi vivida de forma intensa e que serviu de base para uma reflexão sobre as implicações de fazer etnografia em casa, isto é, num terreno identitariamente familiar (Fortes, 2013b). A autoridade etnográfica (Clifford, 1997), nesse contexto, é desafiada, colocando em evidência que os lugares que cada um ocupa na relação etnográfica reconfiguram-se e abalam algumas certezas que o período clássico da antropologia tentou cristalizar. O poder do etnógrafo, adquirido a partir da ideia de que ele possui recursos e competências para estar lá e estar aqui (Geertz, 1997), de movimentar-se, e que por isso tem o papel de tradutor unívoco daquilo que observou, hoje é questionado.

2. Parte do trabalho de pesquisa decorreu entre 2008 e 2010, na Morabi (Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento), organização não governamental criada em 1991 e registada em 1992 que tem vindo a privilegiar dois campos de atuação: acesso ao microcrédito e formações nos domínios profissionais,

empresariais e sociais. Esses dois campos dialogam, tendo como objetivo central a promoção do empoderamento económico e social das mulheres cabo-verdianas e suas famílias.

3. A título de exemplo, desde 2013 o país inaugurou duas campanhas centralizadas no projecto de *cura* das famílias. Uma das campanhas foi baptizada de *Ami é Pai* (“eu sou pai”). Criada pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos e lançada a 19 de março, dia do pai, essa campanha apela à participação do pai na vida dos filhos, com base na paternidade responsável, pois tem-se verificado a existência de pais abandonicos, cuja irresponsabilidade começa desde o acto do registo do filho(a). A outra campanha, tendo como objectivo central o combate à violência baseada no género, recebeu o nome de *Homem que é homem não bate em mulheres*. Figuras públicas foram convidadas a participar da campanha, de entre as quais o presidente da República, mostrando a crítica ao uso da violência como mecanismo de construção da masculinidade e expondo o facto de as mulheres serem as principais vítimas da violência baseada no género.

4. Considero que essas mulheres participaram efetivamente na pesquisa porque colocaram-me perante outros itinerários de pesquisa, materializada na negociação do guião das entrevistas, por exemplo, aproximando-o dos seus interesses e obrigando-me a adotar uma posição de escuta e trazer as suas vozes também para a escrita (Fortes, 2013b).

5. As questões da pobreza em Cabo Verde têm sido trabalhadas, muitas vezes, em diálogo com outras dimensões que incitam a um debate pluridimensional. Uma dessas dimensões é o modo como as famílias criam estratégias para driblarem a pobreza — por exemplo, emigração, capitalização das redes de apoio (Lobo, 2010, 2012), economia informal (Grassi, 2003) e investimento na educação dos filhos como projecto de mobilidade social ascendente (Barros, 2013; Fortes, 2013b).

6. A migração secular cabo-verdiana tem sido trabalhada por vários investigadores, nacionais e estrangeiros, com múltiplos enfoques, terrenos e leituras. Ver, entre outros, Braz Dias (2000), Évora (2002), Åkesson (2004), Grassi e Évora (2007), Carling e Batalha (2008), Lobo (2012) e Fortes (2013b).

7. As raízes da poligamia informal devem ser procuradas na história da fundação da sociedade cabo-verdiana: negros escravos e brancos senhores vivendo num contexto relacional de isolamento geográfico, quotidianamente perto uns dos outros, com a tarefa de participar no povoamento das ilhas e responsáveis pelas relações de miscigenação que ocorreram (Carreira, 1977; Correia e Silva, 2013; Lopes Filho, 1996; Mariano, 1991; Rodrigues, 2005).

8. Em 2011, foi aprovada a Lei nº 84/VII/2011, a 10 de janeiro, tendo entrado em vigor em março do mesmo ano. Essa lei transforma a violência baseada no género um crime público, permitindo uma visibilidade maior da questão dessa violência e trazendo para o debate público a necessidade de maior participação social no combate a esse crime (Silva, 2009; Vieira, 2011).

9. Conforme já salientado, a prática da poligamia informal sempre fez parte das relações entre homens e mulheres em Cabo Verde. Ainda hoje, é tolerada e muitas vezes incentivada, e não será exagerado afirmar que é mais tolerada quando o polígamo é o homem — nesses casos, é considerada um exercício de construção da masculinidade.

10. A pesquisa entre as mulheres cabo-verdianas tem o objectivo de desconstrução do discurso homogeneizante sobre elas, procurando mapear suas múltiplas trajectórias, com enfoque no investimento na aquisição dos capitais académicos por parte de algumas delas. Contudo, esse objectivo dialoga com quadros teóricos (Strathern, 1998) que defendem a existência de relações de reciprocidade entre as mulheres com trajectórias diferenciadas, o que significa que aquelas que possuem capitais académicos, as filhas, são fortemente influenciadas e apoiadas pelas mulheres que não conseguiram ter “escola”, suas mães, porque ter escola em Cabo Verde é um mecanismo de mobilidade social ascendente importante tanto para as filhas como para as mães (Fortes, 2013a, 2013b). Assim, ambas se constroem como pessoas compósitas (Strathern, 1998).

11. A economia familiar e a gestão económica da casa é um dos temas que deve ser privilegiado na agenda endógena de pesquisa sobre as dinâmicas familiares em Cabo Verde.

12. Com 33 anos, Francisca é professora do secundário, mãe de dois filhos, frutos de dois relacionamentos. O primeiro filho tem 10 anos e o segundo tem 6 anos.

13. Com 46 anos e mãe de dois rapazes e de uma menina, Paula abriu recentemente um negócio de doces e salgados, a partir de casa, mas já fez vários trabalhos para poder sustentar a casa. Viveu por vários anos com o pai dos filhos, mas a instabilidade profissional dele acabou por levar ao rompimento. Recorreu ao microcrédito para iniciar o negócio, mas conta com ajuda de uma irmã que vive nos Estados Unidos. Essa irmã quer montar uma loja de roupas e sapatos em segunda mão e pediu ajuda à Paula para que fosse gerente da loja, em troca de um salário ou comissão por vendas.

14. Catarina tem 30 anos e é mãe de uma menina de 5 e de um rapaz de 8 meses. Antes do nascimento do rapaz, vivia em casa dos pais com a filha de 5 anos; com o nascimento do rapaz, saiu de casa e foi viver com o actual companheiro.

15. “Casa sem homem é um navio kebrod” é uma expressão usada quando a casa não tem a presença de um homem, pelo que está à deriva, sem o seu capitão.

16. *Pai d’fidj* é uma expressão usada entre os cabo-verdianos para “pai do filho” — o que significa uma referência ao *pai do meu filho*, e não *meu marido*, não havendo, muitas vezes, relação de casal, apesar dos filhos em comum. O mesmo serve para a expressão *mãe d’fidj* (“mãe de filho”).

17. Como afirma Rodrigues, “num lugar onde os parceiros masculinos são temporários e onde um crescente número de crianças não é educada pelos seus progenitores (o que se está a tornar numa tendência global), temos de encontrar respostas mais adequadas para a reprodução social do género do que aquelas que giram em torno das estruturas matrimoniais ou das uniões heterossexuais” (2007:126-127).

18. “Aventuras amorosas” é como Maria chama as suas relações. A ideia de aventura está sempre presente nessas narrativas, traduzindo a instabilidade das relações, o descrédito na formação de um lar e a ideia de que não se pode arriscar a investir numa relação sem estar com os *pés firmes no chão*.

19. Maria tem 46 anos e é natural de São Nicolau. Possui apenas quarta classe de escolaridade. Tentou frequentar o curso de alfabetização de adultos, mas nunca conseguiu, porque, como afirma, sempre foi mãe por 24 horas e os filhos são a sua prioridade. Cliente de microcrédito na Morabi, há mais de 8 anos, comercializa produtos alimentares entre as ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau.

20. Com 48 anos, Verónica é dona de um cabeleireiro, já foi cliente do microcrédito na Morabi, e é mãe de duas filhas. A primeira filha, com 25 anos, estuda numa universidade em São Vicente e está no último ano da licenciatura. Paga os estudos com apoio da mãe e trabalha numa loja de roupa para ajudar em casa. A segunda filha, com 19 anos, entrou para o primeiro ano da universidade e também recebe apoio da mãe para custear as despesas com o ensino.

21. Não querendo dizer que essa recusa de papel ocorra a todos os níveis, já que no quotidiano as mulheres criam inúmeras estratégias para negociar o papel de chefe, por exemplo, com os seus filhos.

22. Com 45 anos, Eugénia faz doces para fora e é mãe de três rapazes. Viveu algumas experiências de violência doméstica, com episódios de separação do companheiro, mas sempre com voltas. Quando a entrevistei, estava a tentar separar-se do marido, por pressão de alguns familiares, mas estava em dúvidas, porque tinha medo de sofrer outras vergonhas — por exemplo, de ter sido abandonada pelo companheiro e de a sua casa ficar sem respeito.

23. *Breadwinner* é aquele que tem o papel de sair de casa para *ganhar o pão* para a família.

24. Nesses espaços, não cabe a exposição, por exemplo, de fotografias de relações homoafectivas (Fortes & Rainho, 2013a).

Referências bibliográficas

ÅKESSON, Lisa. 2004. *Making a life: meanings of migration in Cape Verde*. Gothenburg: Goterborg University.

ARÁUJO, Neusa de Farias. 2004. “Sustenta mas não manda: dilemas de uma ação sócio-política de mulheres chefes de família no nordeste brasileiro”. In: Anne Cova, Natália Ramos & Teresa Joaquim (orgs), *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, pp.313-331.

- BARROS, Crisanto. 2013. “A ascensão dos pobres a posições de elite político-administrativa no contexto do Cabo Verde pós-independente”. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1):54-63.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- BRAZ DIAS, Juliana. 2000. *Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- CARLING, Jorgen & BATALHA, Luís. 2008. *Transnational archipelago: perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- CARREIRA, António. 1977. *Cabo Verde: classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa: Ulmeiro.
- CARSTEN, Janet. 2000. “Introduction: cultures of relatedness”. In: Janet Carsten (ed.). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 1-36.
- CLIFFORD, James. 1997. *Routes, travel and translation in the late twentieth century*. Cambridge/Massachusetts/London: Harvard University Press.
- CORREIA E SILVA, António. 2013. *Dilemas de poder na história de Cabo Verde*. Praia: Rosa de Porcelana.
- DAMATTA, Roberto. 1978. “O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues”. In: Edson de Oliveira Nunes (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 23-35.
- ÉVORA, Iolanda. 2002. *(Des)atando nós, (re)fazendo laços: aspetos psicossociais da migração feminina cabo-verdiana na Itália*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- FONSECA, Cláudia. 2000. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- FORTES, Celeste. 2013a. “‘M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem’. Gênero e Educação em Cabo Verde”. *Ciências Sociais Unisinos*, 49(1):80-89.
- _____. 2013b. “*Estudo para não ter a mesma vida da minha mãe*”. *Relações de gênero e de poder: narrativas e práticas de “mulheres cabo-verdianas”, em Portugal e Cabo Verde*. Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa.
- FORTES, Celeste & RAINHO, Rita. 2013. “Sujeitos a um corpo sem voz, sujeitos de um corpo voz”. *Buala*, 30 de abril.
- GEERTZ, Clifford. 1997. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.



GIUFFRÉ, Martin. 2007. “Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas duma relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde)”. In: Marzia Grassi & Iolanda Évora (orgs). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. pp. 193-215.

GRASSI, Marzia. 2003. *Rabidantes, comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

GRASSI, Marzia & ÉVORA, Iolanda (orgs). 2007. *Gênero e migrações Cabo-verdianas*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

KANDIYOTI, Deniz. 1988. “Bargainig with patriarchy”. *Gender and Society*, 3:274-290.

LOBO, Andréa de Souza. 2010. “Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde”. *Revista de Antropologia*, 53(1):117-145.

_____. 2012. *Tão longe e tão perto: famílias e “movimentos” na ilha de Boa Vista de Cabo Verde*. Praia: Uni-CV.

LOPES FILHO, João. 1996. *Ilha de São Nicolau: formação da sociedade e mudança cultural*. Cabo Verde: Secretária-Geral do Ministério da Educação. v. II.

MARIANO, Gabriel. 1991. *Cultura cabo-verdiana: ensaios*. Lisboa: Vega.

MARTINS, Filipe & FORTES, Celeste. 2011. “Para além da crise: jovens, mulheres e relações familiares em Cabo Verde”. *(Con)textos. Revista d’antropologia i investigació social*, 5:13-29.

MILLER, Daniel. 2007. “What is a relationship? Is kinship negotiated experience?” *Etnhos*, 72(4):535-554.

NASCIMENTO, Pedro. 1999. *“Ser homem ou nada”: diversidade de experiências e estratégias de atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibel/PE*. Tese de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco.

RODRIGUES, Isabel Fêo. 2005. “Our ancestors came from many bloods’: gendered narrations of a hybrid nation”. *Lusotopie*, 12(1-2):217-232.

_____. 2007. “As mães e os seus filhos dentro da plasticidade parental: reconsiderando o patriarcado na teoria e na prática”. In: Marzia Grassi & Iolana Évora (org.). *Gênero e migrações cabo-verdianas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp.123-146.

SARTI, Cynthia. 1996. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Editores Associados.

- SILVA, Carmelita. 2009. *Trajetória de mulheres vítimas de violência conjugal: análise a partir da percepção das mulheres que vivenciaram o drama*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Cabo Verde.
- STRATHERN, Marilyn. 1998. “Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné”. *Mana*, 4(1):109-139.
- VELHO, Gilberto. 1978. “Observando o familiar”. In: Edson de Oliveira Nunes (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIEIRA, Miriam. 2011. “Violência sexual: uma perspectiva antropológica”. In: Carmelita Silva & Celeste Fortes (orgs). *As mulheres em Cabo Verde: experiências e perspectivas*. Praia: Edições Uni-CV. pp.167-188.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2002. “O nativo relativo”. *Mana*, 8(1):113-138.
- WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

Resumo

Em Cabo Verde, os agregados domésticos vivem entre desejos de formação de uma família nuclear, patriarcal e monogâmica e a criação de estratégias para driblar os múltiplos constrangimentos — como pobreza, migração, violência baseada no gênero e descrédito numa relação conjugal — com que são confrontados no cotidiano e que atropelam a concretização desse projeto, pessoal, familiar e nacional. Privilegiando a etnografia, a partir da observação participante e de entrevistas em profundidade com mulheres da ilha de São Vicente, chefes de família em casas marcadas pela monoparentalidade, o presente artigo analisa os significados e a importância que as *mulheres cabo-verdianas* atribuem à ausência e à presença de um homem dentro de casa e problematiza esses significados dentro de um quadro de paradoxos e contradições, concluindo que essas mulheres assumem o papel de sustento da casa, mas, porque querem uma casa de respeito e respeitada pelos outros, negociam a possibilidade de ter um homem dentro de casa, mesmo que não sustente, mas que mande. Porque, para essas mulheres, casa sem homem é um navio à deriva.

Palavras-chave: Cabo Verde; famílias; monoparentalidade; casa; respeito.

Abstract

In Cape Verde, households are caught between the wish of a monogamist patriarchal nuclear family and the creation of strategies to overcome the various constraints—such as poverty, emigration, gender-based violence, disrepute to the marital relationship—that they face on a daily basis and which endanger the completion of this personal, familiar and national project. Based on ethnographic research, through participant observation and in-depth interviews with women from the island of São Vicente (householders in homes marked by single parenthood), this article analyzes the meanings and importance that the Cape Verdean women attribute the absence and presence of a man in the house, and discusses these meanings within a framework of paradoxes and contradictions, concluding that these women take the home support role, but, because they want their homes to be respectable and respected by others, they negotiate the possibility of having a man in the house, even if he does not support the household but does give the orders. For these women, a house without a man is a ship adrift.

Keywords: Cape Verde; families; single-parenting; household; respect.